



A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE LAVRAS/MG E REGIÃO: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente

Tássia de Castro MUQUEM¹

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Superexploração da força de trabalho. Capitalismo dependente. Previdência Social.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

A pesquisa em questão tem como objeto a Saúde do Trabalhador em Lavras/MG e região. O estudo sobre essa área foi realizado a partir da análise dos determinantes que engendraram o afastamento laborativo dos trabalhadores rurais (empregados) que receberam benefícios por incapacidade no período de 2012 a 2015 pela Agência de Previdência Social de Lavras/MG. Tal avaliação partiu da perspectiva da Economia Política do capitalismo dependente, sendo que a pesquisa do adoecimento laborativo se caracteriza, neste trabalho, para além das condições e organização do trabalho em si, para ser avaliada a partir da configuração específica que as relações de trabalho possuem no capitalismo brasileiro, no contexto da análise do capitalismo latino americano *sui generis*, identificado por Ruy Mauro Marini. A categoria da superexploração da força de trabalho (SeFT) norteou as análises em Saúde do Trabalhador (ST) na área rural. Para a realização de todo este percurso, foi necessário aprofundar o conhecimento a respeito da área ST, sua conceituação e diferenças teórico-práticas e políticas, bem como o conhecimento a respeito da Teoria Marxista da Dependência, visando a compreensão da categoria SeFT. Assim, a análise da ST no âmbito rural apresentou dados que levaram a identificar a limitação desta área enquanto política pública, sobretudo no âmbito rural, local em que o trabalho informal é a regra e as relações de trabalho ainda se encontram, fora dos parâmetros mínimos de regulamentação do trabalho. A SeFT pôde ser constatada na realidade estudada, haja vista a existência do prolongamento da força de trabalho atrelada à intensidade e pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. A situação socioeconômica do trabalhador rural no local estudado não deixa dúvidas de que a SeFT atua atrelada à informalidade do trabalho e agrava ainda mais a situação do trabalhador rural, constatando-se a expropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo capital. O adoecimento do trabalho por condições difíceis e precárias do exercício do mesmo, embora por vezes não reconhecido pelas políticas sociais, refletem o consumo de vida útil do trabalhador pelo capital, debilitando-lhes a vida e a saúde, concretizados no

¹ Assistente Social/Analista do Seguro Social do INSS/APS Lavras. Mestre em Serviço Social pela UFJF. E-mail: tassiacm@gmail.com



adoecimento e afastamento do trabalho. Ausência de políticas voltadas à ST no campo, o uso intensivo e prejudicial dos agrotóxicos, a falta de acesso e/ou dificuldade de acesso às políticas públicas em geral, inexistência de movimento sindical dos trabalhadores rurais na região também foram constatados. Discussões: as relações de trabalho na área rural da região ainda não se apresentam completamente subsumidas ao capital, demonstrando uma verdadeira heterogeneidade [estrutural?] no campo, que também pode ter sido funcional à acumulação de capital no país; o avanço do agronegócio e a possibilidade contraditória de subsunção formal do trabalho no campo ao capital; contratendências de agudização da SeFT, não constatada na realidade estudada.



cinema engajado nas causas dos trabalhadores.⁶ Considerando a obra como parte desse movimento artístico e momento histórico, que dialoga com um conjunto de movimentos sociais de impacto internacional que se iniciam em torno de maio de 1968 na França, bem como o grande levante de movimentos operários na Itália no mesmo período, culminando no chamado *autunno caldo* (“outono quente”) em 1969⁷, pode-se estabelecer uma relação entre este cenário político no qual a Europa se insere e os movimentos sociais que floresciam no Brasil simultaneamente, se estendendo pelas décadas seguintes no contexto da ditadura e, posteriormente, da reconquista dos direitos. Desta forma, este trabalho pretende propor uma análise do filme de Elio Petri como reflexo de um período de reformulação e levante do movimento operário, do movimento estudantil e das forças sindicais, mas também como um reconhecimento da fragilidade das conquistas obtidas, traçando um paralelo entre o tom de denúncia apresentado no filme e a realidade atual, de forma a buscar uma compreensão sobre a maneira como as relações de classe, trabalho e sua precarização se deram, desde o marco que os anos em torno de 1968 constituíram no mundo todo, até a atualidade, com a reforma trabalhista no Brasil e o agravamento das más condições de trabalho e perda de direitos. Pretende-se, portanto, demonstrar os desdobramentos de uma luta sindical que, conforme evidenciado na obra analisada, é pautada por interesses burgueses e cujas conquistas servem aos propósitos do liberalismo⁸, o que possui efeito direto na crescente precarização do trabalho.

⁶ QUINSANI, R. H. ; MACEDO, José Rivair . O cinema político italiano e os transgressores anos 60: uma relação histórica, política e necessária.. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Org.). 68: História e Cinema.. 1ed.Porto Alegre: EST, 2008, v. 1, p. 151-165.

⁷ FABRIS, Mariarosaria. A classe operária não alcançou o paraíso. 2006.

⁸ Marx, Karl. Salário, preço e lucro. 1985.



A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ELEMENTOS DA TEORIA DE MARX

Diana CHAUKAT CHAIB¹

Palavras-chave: Teoria de Marx. Terceirização do trabalho. Precarização.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

A sociedade contemporânea presenciou fortes transformações no que tange o caminho pelo qual o trabalho percorreu. Nesse sentido, a terceirização do trabalho é um processo novo pelo qual uma instituição contrata outra empresa para prestar determinado serviço. Estudos como o de Martins (2012) denotam que esse processo vulnerabiliza o trabalhador, sobretudo devido à fragilidade do vínculo entre este e a instituição. Ante isso, um dos aspectos que importam para análise desse fenômeno é entender alguns elementos presentes nessa nova forma de trabalho que remontam a alguns pontos estudados por Marx. O presente estudo tem como objetivo investigar o processo de terceirização do trabalho a partir de elementos da teoria de Marx, buscando assim promover uma reflexão acerca das consequências geradas. Para tanto, a pesquisa apresenta uma discussão sobre o trabalho como fomento às relações sociais e, posteriormente, a terceirização como uma nova forma de exploração existente. As formas de exploração ganham contornos diferentes de acordo com cada época. Nesse contexto, a terceirização pode ser considerada uma nova forma de exploração do trabalho que se origina da incessante acumulação de capital. Como resultado da análise verifica-se a precarização da mão de obra como um fator decorrente do próprio sistema capitalista. É válido lembrar que qualquer trabalhador está sujeito a situações vexatórias, violências ou acidentes. Todavia, os terceirizados estão mais expostos a estes problemas, fato que se deve às condições de trabalho as quais estes estão sujeitos.

¹ Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. UNIFAL - MG



OS MOVIMENTOS SINDICAIS E A LUTA DO TRABALHADOR DE 1968 À ATUALIDADE: UMA ANÁLISE BASEADA EM 'A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO' DE ELIO PETRI

Gabriela Siqueira Lage¹

Caroline Aparecida Fazio²

Ana Carolina Souza Santos Ricco³

Rafaela Almeida Florenzano⁴

Francisco Foot Hardman⁵

Palavras-chave: A Classe Operária Vai ao Paraíso. Movimento Operário. Luta sindical. 1968.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Dirigido por Elio Petri, o filme *A Classe Operária Vai ao Paraíso* (1971)⁶, através da história de Lulu Massa, propõe uma reflexão a respeito da realidade do trabalhador e das lutas sindicais. Ao sofrer um acidente durante o trabalho, o protagonista, que até

¹ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: gabriela.lage95@gmail.com

² Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: carolfazio13@gmail.com

³ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: acarolricco@gmail.com

⁴ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: rafaflorenzanoz@gmail.com

⁵ Professor titular no IEL/UNICAMP e doutor em Filosofia pela USP. Email: foot@iel.unicamp.br

⁶ *A CLASSE operária vai ao paraíso*. Direção de Elio Petri. Produção de Ugo Pirro. Itália, 1971.



então era considerado um funcionário modelo pelos patrões por sua postura eficiente e descompromissada com as reivindicações dos colegas, é forçado a repensar sua posição, envolvendo-se em uma greve que acaba por lhe trazer graves consequências. Dessa forma, o filme coloca a luta do trabalhador por direitos como uma busca por um paraíso inalcançável, num cenário em que os próprios mecanismos que deveriam servir ao movimento trabalhista, como os sindicatos ou a participação de organizações estudantis, operam dentro da lógica do sistema capitalista. Em relação ao contexto histórico em que o filme é realizado, é necessário pensar o cenário do cinema Neo-realista, de forte cunho político, que posteriormente irá trazer grandes influências para o cinema italiano dos anos 60-70, do qual a obra analisada faz parte, e que se apropria de aspectos da linguagem neo-realista para a construção de um cinema engajado na causa trabalhadora⁷. Apesar de tratar-se de uma tradição que surge na Itália⁸, pode-se estabelecer uma relação entre este cenário político retratado na obra e os movimentos sociais que se deram no Brasil em relação aos direitos trabalhistas dentro do capitalismo e da crescente industrialização. Desde o surgimento dos sindicatos até a extinção da obrigatoriedade de contribuição sindical com a Reforma Trabalhista nos dias atuais, a luta do trabalhador no país enfrenta uma série de obstáculos comuns a qualquer sociedade inserida no capitalismo globalizado: a dificuldade em trabalhar visando a abolição desse sistema e a emancipação do trabalhador, em vez de operar como uma resistência aos efeitos da exploração do capital, dentro da própria lógica burguesa. Desta forma, considerando as questões trazidas pelo filme como comuns ao trabalhador assalariado no capitalismo e não exclusivas do contexto italiano, bem como o crescente retrocesso observado no Brasil, este trabalho propõe uma análise do filme de Petri como reflexo de um período de reformulação e levante do movimento operário e das forças sindicais, e também como um reconhecimento da fragilidade das conquistas obtidas. Portanto, será traçado um paralelo entre o tom de denúncia apresentado no filme e a realidade atual, de forma a buscar uma compreensão sobre a maneira como as relações de classe, trabalho e sua precarização se deram ao longo dos anos, principalmente no cenário brasileiro, com o agravamento das más condições de trabalho e perda de direitos. Por conseguinte, serão demonstrados os desdobramentos de uma luta sindical que, conforme observado na obra analisada, é pautada por interesses burgueses e cujas conquistas servem aos propósitos do neoliberalismo⁹, o que possui efeito direto na crescente precarização do trabalho.

⁷ QUINSANI, R. H. ; MACEDO, José Rivair . O cinema político italiano e os transgressores anos 60: uma relação histórica, política e necessária.. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Org.). 68: História e Cinema.. 1ed.Porto Alegre: EST, 2008, v. 1, p. 151-165.

⁸ FABRIS, Mariarosaria. A classe operária não alcançou o paraíso. 2006.

⁹ Marx, Karl. Salário, preço e lucro. 1985.



INFORMALIDADE NO CENTRO DE MARIANA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

CASSIMIRO, Cleidiane Rosa¹

Palavras-chave: Trabalho, Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva, Trabalho Informal

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Este trabalho analisa o trabalho informal como um fenômeno do modo de produção capitalista em sua fase madura. Para elaborar esta pesquisa um longo percurso foi traçado, partimos do trabalho como categoria fundante do ser social sob e luz da teoria social Marxista. Nesta perspectiva, o trabalho é a objetivação primária do homem; a partir do trabalho o homem se desenvolve e recria o mundo em sua volta. A fim de embasar esta análise foram utilizados, além do próprio Marx, autores marxistas como: José Paulo Netto, Marcelo Braz e Sérgio Lessa. A premissa é que a informalidade está intrinsecamente ligada ao capitalismo contemporâneo, fruto das mutações deste modo de produção. Desse modo a adoção do neoliberalismo nos anos 1990 e a reestruturação produtiva são a chave de análise para compreender a informalidade. Tal temática nos aproxima das perspectivas de David Harvey, Laura Tavares Soares, Maria Augusta Tavares e Ricardo Antunes. Esta pesquisa divide em três momentos, primeiro trataremos do trabalho como parte fundamental para o desenvolvimento do ser social e também da sociedade como um todo, nota-se que ao longo da trajetória humana o trabalho deixa de ser uma ação transformadora que seria o trabalho no seu sentido ontológico, segundo Marx. Em um segundo momento trataremos de algumas transformações do modo de produção capitalista abarcando a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho que trouxeram significativas mudanças para o mundo do trabalho. Por exemplo, redução drástica dos postos de trabalho, ficando ainda mais evidente a desumanização do capital, agudizando a contradição capital x trabalho – quadro agravado a partir da interferência do ideário neoliberal. Por fim, em um terceiro momento analisaremos o trabalho informal a partir da realidade dos ambulantes da região central da cidade de Mariana (MG), a cidade possui um número significativo de empresas, mas parte da população local não consegue se inserir no mercado formal de trabalho. Percebe-se, desse modo, que a informalidade é uma estratégia de

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Email: cleidianecassimiro@gmail.com



sobrevivência. Para a execução deste trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica e pesquisa de campo, com aplicação de um questionário. Trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa. A partir desta análise objetiva-se uma maior compreensão do trabalho dentro da lógica capitalista e ainda, perceber como as transformações na estrutura deste sistema reflete de forma significativa na vida do trabalhador, peça fundamental nesta engrenagem.



AS OFICINAS DO “PROGRESSO”: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ESCOLA PROFISSIONAL E NA ESCOLA DOMÉSTICA EM POUSO ALEGRE – MG

BALBINO, Giovane Silva¹

Palavras-chave: Trabalho. Divisão Sexual. Capitalismo.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

A presente pesquisa, tem como objetivo compreender as relações sociais em que as oficinas da Escola Profissional Delfim Moreira e da Escola Doméstica Sta. Terezinha, na cidade de Pouso Alegre – MG, teriam com o processo de industrialização e com a divisão social/sexual do trabalho na Primeira República (1889 – 1930) e na Era Vargas (1930 – 1945). A Escola Profissional Delfim Moreira, fundada em 1917, destinado aos meninos pobres e órfãos da cidade e a Escola Doméstica Santa Terezinha, fundada em 1929, destinadas as meninas pobres. A nossa pesquisa contará com auxílio de fontes históricas como fotografias, materiais produzidos pela imprensa local e com os discursos produzidos por parte dos memorialistas da cidade, que possibilitará compreender as relações sociais envolvidas. Partimos dentro do referencial teórico de Marx (2013) no qual a relação envolvendo a divisão social do trabalho constitui a base de toda produção de mercadorias. Diante desses aspectos correspondentes ao desenvolvimento do modo de produção, que possibilita as significativas mudanças nas relações sociais estabelecidas, busca-se verificar a influência das mudanças organizacionais da divisão social e da divisão sexual do trabalho no estabelecimento de novos padrões sociais. Seguindo as concepções em relação a divisão sexual do trabalho, Cisne (2015) o trabalho busca ainda compreender o sentido da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e ter em mente que esse mecanismo é uma das formas centrais de exploração do capital em relação ao trabalho. Para Kergoat (2009) a divisão sexual do trabalho é decorrente das formas em que a divisão social do trabalho é imposta em as novas relações sociais entre os sexos, porém são formas desenvolvidas em cada momento histórico e são adaptadas a cada sociedade. Diante dessas “novas” relações sociais provocada pela divisão sexual do trabalho que estão presentes no interior de cada sociedade em seu contexto histórico, surgem questões/discussões necessárias a serem levantadas, ou seja, qual seria a “importância” dessa divisão naquele contexto histórico da industrialização brasileira? Que tipo de relações se

¹ Graduado em História e Especialista em História, Educação e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, em Pouso Alegre/MG; Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, bolsista CNPq. E-mail: giovanesilvabalbino15@yahoo.com



impõem ao estabelecimento da disciplina? E o papel da Igreja Católica nesses princípios? É diante dessa relação envolvendo os princípios da divisão sexual do trabalho, que pretendemos abordar no desenvolvimento desta pesquisa.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.



Contribuições do Modelo Operário Italiano (MOI) para a luta dos trabalhadores

Marcela MENDES SALES¹

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo. Movimento Operário. Modelo Operário Italiano.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

Desde o surgimento do capital os trabalhadores lutam incessantemente por melhores condições de vida e trabalho. E por se tratar de uma sociedade em que o trabalho é desumano, degradante etc., é que as lutas tomaram fôlego em busca de melhores condições de vida e trabalho. Serão os sindicatos que levarão adiante esta luta, ao trazerem para o centro dos combates questões como a redução da jornada de trabalho, melhorias das condições de higiene e segurança dentro das fábricas. Já fora do ambiente de trabalho a luta se travava por melhores condições de moradia, saúde, etc. Na Itália, na segunda metade do século XX, período em que o país se reerguia da derrota sofrida, houve um crescimento do número de trabalhadores nas indústrias de aproximadamente 2,4 milhões. Este aumento se deu através da migração de trabalhadores das atividades agrícolas e do sul empobrecido. Há então uma concentração do trabalho nos grandes centros fabris do norte do país nos anos de 1950 e 1960, período em que se disseminou o modelo Fordista/Taylorista de organização da produção. O número de acidentes de trabalho era alarmante. A experiência italiana no pós-segunda guerra mundial se tornou referência ao introduzir na luta dos trabalhadores a problemática da saúde e adoecimento. Este processo ficou conhecido como Modelo Operário Italiano - MOI, que uniu médicos, técnicos, trabalhadores e sindicatos no enfrentamento às condições de trabalho impostas pelas fábricas. A classe trabalhadora italiana retoma suas mobilizações que foram interrompidas durante o período fascista. Estas lutas tiveram como característica central a mobilização no interior das fábricas. A origem do MOI se dá a partir do trabalho conjunto de operários e profissionais da saúde reunidos em torno do Centro de Luta Contra a Nocividade do Trabalho coordenado por Ivar Oddone, que possuía como eixo um método de conhecimento voltado para a ação. O MOI é de suma importância para os estudos da saúde dos trabalhadores, pois se ergue sobre este modelo a possibilidade de limitar e combater as atrocidades da organização do trabalho no capitalismo. Desta forma, pretende-se apresentar os estudos

¹ Mestranda em Serviço Social pela UFJF. Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Graduada em Serviço Social pela PUC-MG. Email: marcelamsales@gmail.com



bibliográficos realizados ao longo do mestrado em Serviço Social na UFJF sobre a saúde dos trabalhadores e a experiência do Modelo Operário Italiano, a partir da contribuição de autores como Giovanni Berlinger, Ivar Oddone e Asa Laurell com seus estudos sobre os determinantes sociais da doença.



Luta dos trabalhadores no fordismo e seu legado no toyotismo

Marco Túlio de Melo VIEIRA¹

Palavras-chave: Classe trabalhadora. Fordismo. Toyotismo. Itália. Luta de Classes

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Partindo de um estudo crítico sobre os modelos de produção capitalistas existentes no século XX e XXI, principalmente nos países dominantes, o fordismo e toyotismo, o presente estudo busca analisar as diferentes formas de luta empregadas pela classe trabalhadora. Focando nos eventos do outono quente italiano, mas abrangendo também outras experiências de enfrentamento ao capital, buscamos apontamentos para compreender como as movimentações do final do período fordista contribuíram não somente para o seu declínio, mas que fatores levaram a derrota dos trabalhadores e como suas demandas foram incorporadas, levando ao surgimento de um novo modelo de exploração no interior e fora das fábricas. No interior do toyotismo, modelo sucedâneo ao fordismo, um novo tipo de trabalhador é formatado pelas exigências do capital, mas novas contradições impulsionam os trabalhadores a novos conflitos. Quais seriam, portanto, as contribuições possíveis das lutas passadas pelo controle social da produção para o novo momento da acumulação capitalista? É o que pretendemos trazer a tona, visando aprofundar o debate sobre a atuação da classe trabalhadora na atualidade e as possibilidades de um novo ciclo de lutas. Entretanto, de que nos interessa uma análise das estratégias capitalistas do início do século XX quando nos deparamos, no início do século XX, com formas totalmente diferentes de controle e organização da produção? Não seria mais proveitoso partirmos de um estudo das técnicas toyotistas e das novas modalidades flexíveis e desregulamentadas de produção, em um capitalismo cada vez mais exploratório e interligado? Buscamos responder a este questionamento da seguinte forma: todas estas novas modalidades de produção surgiram como uma resposta as problemáticas próprias do modelo fordista, que se manteve, pelo menos nos países capitalistas dominantes, como modelo de produção desde o fim da segunda Guerra Mundial até os anos de 1970. No seu interior, contradições foram sendo gestadas que levaram a luta de classes a um novo patamar, irrompendo em explosivas mobilizações da classe trabalhadora. Importantes exemplos da radicalidade destas lutas foi o chamado outono quente italiano. Do mesmo modo, irromperam as traumáticas crises da década de 1970, avassaladoras do ponto de vista do capital. São sobre estes eventos que pretendemos voltar nosso olhar, buscando ali as formas como as classes em

¹Graduado em Ciências Econômicas pela UFMG. Email: marcotulio.mv@gmail.com



luta superaram os impasses surgidos durante a era de ouro do capitalismo. Somente a partir destes fundamentos acreditamos ser possível entender as mudanças promovidas pelo capital com a reestruturação produtiva e suas consequências na classe trabalhadora. Importa-nos também resgatar a história dos combates travados neste período pela classe trabalhadora, que contestaram a própria forma de organização da produção e almejaram o seu controle social.



Análise da Superexploração da Força de Trabalho no Governo Temer: os Retrocessos nos Direitos Sociais e a Precarização das Políticas Sociais

Giselle FLORENTINO¹
Guilherme PISNO²

Palavras-chave: Superexploração; Ajuste Fiscal; Direitos Sociais.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

O presente artigo tem por objeto de análise o capitalismo dependente brasileiro, entendendo que sua marca principal é a superexploração da força de trabalho, advinda da dinâmica do intercâmbio desigual entre nações que resulta em estruturas que não são capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor centro-periferia. O Brasil, contemporaneamente, caracteriza-se como uma plataforma de valorização financeira internacional, em grande medida como resultado do processo de abertura externa (comercial e financeira) desregulamentada, arquitetado sob a égide do projeto neoliberal hegemônico que avança no processo de retirada de direitos sociais históricos da classe trabalhadora através da implementação de um ajuste fiscal viabilizado pela consolidação da Ementa Constitucional 95 e a Reforma Trabalhista elaborada pelo presidente Michel Temer. Entende-se que esses elementos, em conjunto, acentuam a superexploração da força de trabalho e são determinantes para as possibilidades futuras de construção de projetos sociais emancipatórios. Nesse sentido, o artigo avança para a análise dos movimentos históricos, demonstrando os impactos daqueles elementos (estruturais e conjunturais) elencados acima sobre a superexploração da força de trabalho, direitos trabalhistas, precarização de políticas sociais e direitos básicos (educação, saúde, assistência social, trabalho e emprego, cultura, saneamento m, habitação, transporte, previdência social, etc). Em síntese, e nas considerações finais, o trabalho faz um apanhado acerca do receituário neoliberal, das reformas estruturais que o correspondem e da EC 95 o que, em conjunto, corroboram para dar prosseguimento a acumulação de capital na atual fase de financeirização das relações de produção e relações sociais da classe trabalhadora no capitalismo brasileiro contemporâneo.

¹ Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: florentino.giselle@gmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: guilhermecpisno@gmail.com



ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DO BEM-ESTAR SOCIAL NA ERA PT

Anderson Martins SILVA¹
Ednéia Alves OLIVEIRA²

Palavras-chave: Novo Desenvolvimentismo. Estado de bem-estar social. Política Social. Partido dos Trabalhadores.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

A caracterização dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no período 2003-2014, no que tange a relação entre capital e trabalho é alvo de grande polêmica. Acumula-se uma literatura que varia daqueles que defendem que a administração petista foi uma espécie de superação da lógica neoliberal acompanhada do coroamento e efetivação do programa democrático popular ensaiado pelo PT e movimentos sociais na década de 1980, até as visões mais críticas que colocam em evidência em suas análises o caráter de continuidade neoliberal entre os governos da década de 1990 e os governos do PT. Como exemplo dos primeiros, podemos apontar Márcio Pochmann, Aloisio Mercadante e André Singer. Dentre os segundos, encontram-se Reinaldo Gonçalves, Luís Filgueiras, Elaine Bering e Ednéia Alves Oliveira. É consensual entre os economistas a compreensão de que o desempenho da economia Brasileira ao longo dos governos Lula, no geral, foi melhor do que o de FHC, principalmente quando se considera o segundo mandato. Tal fato aparece nas estatísticas macroeconômicas comumente utilizadas “variando apenas o grau de importância que lhe é atribuído, de acordo, quase sempre, com o posicionamento político de cada um: alinhado ou crítico (à direita ou à esquerda) do governo Lula”. Deste modo, quando em questão as causas e o significado da performance macroeconômica dos governos Lula “não há qualquer convergência no diagnóstico (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 35). Por um lado, os intelectuais alinhados ao governo Lula apontam como causa para os melhores resultados obtidos em relação aos governos FHC, a ruptura com a política econômica neoliberal, chegando a afirmar como o faz Mercadante o surgimento de um *novo desenvolvimentismo* a partir do segundo mandato (2006-2010) acompanhado da consolidação das bases do *Estado de bem-estar-social brasileiro*. Para o grupo de autores que se enquadram na perspectiva crítica à era PT, estabeleceu-se uma linha de continuidade entre os governos FHC e Lula que persistiu sob Dilma, expressa na manutenção e aprofundamento do Modelo Liberal Periférico instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural – consolidou-se um desenvolvimentismo às avessas. Até o presente estágio da nossa pesquisa, há indícios de que o país jamais viveu um estado de bem-estar social. A política social residual, focalizada, descontínua e fragmentada e

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: anderson.martins.silva@hotmail.com.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: oliveiraedneia21@yahoo.com.br.



com renda mínima para a subsistência de níveis de pobreza elevados são evidências desta análise. Por outro lado, o atendimento das demandas sociais da classe trabalhadora é marginal, pois, do ponto de vista estrutural o que se viu durante os governos do PT foi a “desregulamentação do mercado de trabalho” e a “flexibilização do trabalho – em suas diversas dimensões” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 41). FILGUEIRAS, L. Modelo Liberal Periférico e Bloco de Poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE NOS CURSOS DE DESIGN EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Daniele de Melo Silvano¹

Trabalho Docente. Cursos de Design. Educação e Trabalho.

GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Com base no referencial teórico discutido por Marx, sobretudo no primeiro volume de *O capital*, este artigo pretende analisar dialeticamente as relações de produção dos sentidos do trabalho docente no cursos de Design no Brasil, atividade projetual associada a concepção e adaptação de produtos às “necessidades dos usuários”. Essa área se mostra um campo do conhecimento ainda em formação, com a recente institucionalização dos primeiros cursos e no enquadramento do design como fator competitivo da indústria nacional. O design se mostra uma atividade que surgiu intrinsecamente ligada ao capital, onde seus produtos ao invés de desmistificarem as relações sociais, submetem-nas as mais sofisticadas formas de mascaramento das contradições, igualando as particularidades do trabalho humano pela via do fetichismo. Através da retomada do contexto histórico, busca-se desmistificar a visão educacional predominante na incipiente “pedagogia do design” centrada na perspectiva das competências e nas vertentes do “empreendedorismo”, evidente nos projetos em parceria com empresa e na ênfase em saberes práticos objetivamente verificáveis. A partir das categorias marxistas de *trabalho produtivo*, *trabalho imaterial* e *estranhamento*, pretende-se analisar como esse ideário se reproduz nas práticas de formação no design, identificando as contradições que perpassam o trabalho docente e de qual forma elas condicionam o fazer pedagógico. Direciona-se por um lado para a formação profissional do designer e, no outro, voltado para o entendimento da concepção pedagógica predominante nos currículos. Para compreender a inserção do design no setor industrial e de serviços, adotou-se como referência dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do diagnóstico oficial do setor elaborado em 2014. No atual estágio de mundialização do capital, a emergência de novas indústrias sinalizam a proliferação de mecanismos para exploração da força de trabalho assumindo a educação como um papel estratégico. Essa nova racionalidade integra a universidade à cadeia de valor e modifica a natureza da própria atividade docente convertendo-a em trabalho produtivo que deve atender aos interesses do regime de acumulação flexível do capital. Através da articulação das competências do professor “facilitador dos conteúdos”, simplifica-se o trabalho docente ao patamar de aprendiz que tem a “inovação” como imperativo para promover o contínuo aprendizado. Essa instrumentalização aliada ao surgimento de novas modalidades precárias de serviços visam reduzir gradualmente o emprego da força de trabalho, assim refletindo as estratégias de desarticulação da classe trabalhadora no capitalismo. Nesse sentido, pretende-se investigar o caráter transitório da docência nesse nível que surge como alternativa ao trabalho informal e aos altos índices de desemprego constados pelas estatísticas na área.

¹ Graduada em Design de Produto no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), mestranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: danielems.aha@gmail.com

A CONSCIÊNCIA DE CLASSE ENTRE OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS: ARCABOUÇOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Cássio Diniz¹

Palavras-chave: sindicalismo docente. História Social da Educação. Caxambu. Sind-UTE/MG

GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Com a ascensão do neoliberalismo ao final do século XX, o sindicalismo brasileiro se enfraqueceu, no que tange a sua força, adesão e conquistas. Contudo, a partir da crise econômica mundial iniciada em 2008, parte da classe trabalhadora no país voltou a reforçar suas organizações e potencializar suas mobilizações. Desde então observamos o aumento do número de greves em várias categorias, e nesse momento constatamos o ressurgimento de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores em educação em vários estados brasileiros. Em Minas Gerais, a partir de 2009 os educadores da rede estadual se tornaram protagonistas dessas lutas, culminando na primeira greve de grande impacto a ocorrer nesse século no estado, a *Greve de 2010*. Foi nesse movimento – não apenas na capital e nas grandes cidades metropolitanas, mas, sobretudo nos pequenos municípios do interior – que os trabalhadores em educação se mobilizaram em defesa de suas reivindicações coletivas, ultrapassando a acomodação característica dos últimos anos. Diante disso esse trabalho se propõe, baseando-se nas contribuições teóricas do materialismo histórico-dialético, a iniciar as pesquisas sobre o universo dos trabalhadores em educação do interior de Minas Gerais, mais especificamente da região próxima à cidade de Caxambu, sul do estado, durante a *Greve de 2010* e o ressurgimento de sua organização sindical local. E buscaremos compreender se essa participação e organização são frutos de um desenvolvimento de uma consciência de classe entre esses trabalhadores mobilizados nesse período. Para isso, usaremos da metodologia de análise de periódicos sindicais, sobretudo o informativo sindical e artigos vinculados em seu blog regional, os quais já realizamos o levantamento, além de catalogá-los e analisá-los. Além disso, faremos uso de fontes orais, com entrevistas qualitativas realizadas com personagens que participaram e testemunharam o processo pesquisado.

¹ Doutor em Educação e graduado em História, professor efetivo da rede pública estadual de Minas Gerais e ex-docente da Universidade do Estado de Minas Gerais cassiodiniz@hotmail.com



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: OS CAMINHOS ATUAIS

Vitória Régia Lopes dos SANTOS¹, Rafaela da Silva GOMES²

Palavras-chave: trabalho, QVT, qualidade

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Com as transformações econômicas que compõe a chamada “reestruturação produtiva”, em curso desde da década de 1965-1975, a qualidade de vida no trabalho (QVT) se torna um objeto de crescente interesse das organizações. Esse processo é marcado pela competição a nível global, novas tecnologias e incessante processo de inovação, interdependência dos mercados, aumento da terceirização de serviços, a redução do contingente tradicional dos trabalhadores na indústria, crescimento das relações informais e precárias de trabalho, terceirização da economia, desregulamentação dos mercados e reformas jurídicas das relações de trabalho. Assim, o peso das demandas da dinâmica econômica atual se faz sentir sobre as organizações e sobre os trabalhadores. As primeiras devem se manter sempre atualizadas, e buscam incansavelmente adquirir vantagens competitivas e aumentar a produtividade, para tanto, apostam no paradigma da flexibilização, que inclui o trabalho, a produção e a administração. Para Ferreira “os impactos da reestruturação produtiva têm levado os trabalhadores a trabalhar sistematicamente no limite de suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas” (FERREIRA; NASTRI, p. 62, 2013), ocasionado um aumento alarmante nos índices de adoecimento, absenteísmo e afastamento do trabalho. Nesse cenário a discussão sobre Qualidade de Vida no Trabalho é de extrema importância para prevenir o uso instrumental da QVT, como uma simples ferramenta de gestão de indicadores e aumento da produtividade. O interesse pelo tema é crescente e se justifica não só pela ótica das organizações, mas por dois outros aspectos igualmente significativos: do ponto de vista da sociedade a importância reside na função social do trabalho e suas implicações culturais, políticas e econômicas. De acordo com Marx, o trabalho constitui uma premissa incontestável para reprodução do mundo dos homens. Ele é modo pelo qual o ser humano pode transformar a natureza em um ambiente mais propício a sua sobrevivência. Sua importância é inegável nas relações sociais e de produção, sendo a base de organização de toda sociedade. Em sua essência é uma atividade livre e consciente, que possuindo um carácter pessoal e de auto realização, fundamenta o ser social, constituído uma parte significativa da identidade das pessoas (MARX, 1985). E do ponto de vista acadêmico o avanço da discussão é de alta relevância para a ampliação do arcabouço teórico das ciências do trabalho e da saúde, com o objetivo de problematizar para avançar a abordagem clássica da inter-relação indivíduo-trabalho (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir o movimento da QVT nas

¹ Discente, BICE- ICISA/Unifal-MG. Email: vitoria.regia83@yahoo.com.br

² Discente, BICE- ICISA/Unifal-MG. Email: rafadasilva43@yahoo.com.br



organizações que, como veremos, se caracteriza por um enfoque assistencialista de caráter instrumental, o que constitui o modelo hegemônico das práticas atuais. Procuramos conceituar e destacar suas principais características, no intuito de comparar esse modelo a abordagem contra-hegemônica, A Ergonomia da Atividade Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho (EAA-QVT), que parte da ótica coletiva dos trabalhadores para entender e promover o bem-estar no trabalho. No Brasil, o interesse pela QVT se inicia na década de 1980, com as primeiras pesquisas conduzidas por Fernandes e Becker em 1988, que investigaram a qualidade de vida dos profissionais do setor de informática em Minas Gerais e Fernandes e Guitierrez ainda no mesmo ano, que desenvolveram um programa de QVT em uma empresa no Rio Grande do Sul. Para a construção de uma abordagem da QVT que seja eficiente e realmente destinada à promoção do bem-estar e transformação das situações de trabalho, é imprescindível a reflexão coletiva e o protagonismo dos trabalhadores em todo o processo. Nesse sentido surge uma abordagem alternativa ainda em construção – A Ergonomia da Atividade Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho (EAA-QVT) – que parte da ótica coletiva dos trabalhadores para entender o significado de bem-estar no trabalho e como promovê-lo (FERREIRA, 2011). A linha metodológica que nos interessa na discussão sobre qualidade de vida, é a Ergonomia da Atividade (EAT). Essa corrente surge no século XX na França e na Bélgica, inicialmente ligada ao movimento operário que buscava transformar o contexto trabalhista e, por conseguinte, atender às reivindicações sindicais na expectativa de viabilizar melhorias nas condições de trabalho e assegurar a saúde dos trabalhadores. O trabalho se pauta em uma revisão não sistemática da literatura a respeito do tema e o principal ponto levantado é que a abordagem hegemônica se mostra insustentável e insuficiente a longo prazo e que se faz necessário pensar outros tipos de intervenção que tragam resultados sustentáveis e duradouros que de fato promovam modificações significativas no ambiente laboral e nas relações organizacionais.